

CURSO DE VERÃO
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES: CÓDIGO DO TRABALHO E
LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS

Dias 19 e 20 de Julho de 2017

Coordenação Científica

Prof. Doutor Pedro Romano Martinez
(Professor da FDL)

Coordenação Executiva

Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito
(Professor da FDL, Advogado)
Prof. Doutor Luís Gonçalves da Silva
(Professor da FDL, Advogado e Consultor
da Abreu Advogados)

Organização

Instituto de Direito do Trabalho

PROGRAMA

Dia 19 de Julho de 2017

PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES NO CÓDIGO DO TRABALHO

Prof. Doutor Luís Gonçalves da Silva (Professor da FDL, Advogado e Consultor da Abreu Advogados)
Mestre Luís Miguel Monteiro (Advogado da Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados)

1. Enquadramento constitucional
2. Competência disciplinar
3. Princípios do procedimento disciplinar e relevância do processo penal
4. Fases do procedimento disciplinar
5. A interferência do tempo na actividade disciplinar
6. Aplicação da sanção disciplinar, em especial o despedimento
7. Especificidades de alguns procedimentos disciplinares (*microempresa; trabalhadores beneficiários da tutela da parentalidade, membro de estruturas de representação colectiva*)
8. Impugnação das sanções disciplinares, em especial a tutela jurisdicional

Dia 20 de Julho de 2017

**PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES
NA LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS**

Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito (Professor da FDL, Advogado)

Mestre Ana Celeste Carvalho (Desembargadora e Docente do CEJ)

I. Enquadramento

1. Relação entre o direito laboral público e o direito laboral privado: aproximações e distanciamentos
2. Enquadramento normativo

II. O Poder disciplinar

1. O poder disciplinar do empregador público
 - 1.1. Discricionariedade vs. vinculação administrativa
2. Sujeição ao poder disciplinar
3. A competência disciplinar
4. Deveres do trabalhador e infração disciplinar
5. A prescrição

III. O Procedimento disciplinar

1. Procedimentos disciplinares públicos
2. Princípios do procedimento disciplinar no emprego público
3. Exclusão da responsabilidade disciplinar
4. Tramitação do procedimento disciplinar no emprego público
5. Nulidades do procedimento disciplinar

IV. Impugnação administrativa da decisão disciplinar

V. Contencioso disciplinar dos trabalhadores em funções públicas

VI. Execução das sentenças em matéria de contencioso disciplinar

CONDIÇÕES

1) Destinatários: Quaisquer interessados.

2) Horário: das 10h00 às 13h00; das 14h30 às 17h30

3) Inscrições: até dia 17 de Julho, através do [formulário](#).

4) Modalidades de inscrições e preços:

a) dois dias - € 250,00; b) um dia - € 150,00.

5) Descontos: 15% - antigos e actuais alunos da FDUL, advogados estagiários e sócios do Automóvel Clube Português (ACP);

6) Numerus clausus: 35 alunos;

7) Atribuição de certificado de presença;

8) Local: sala 12.27;

9) Informações: Para qualquer esclarecimento, pode contactar o IDT (idt@fd.ulisboa.pt/
<http://www.fd.ul.pt/Institutos/InstitutoDoDireitoDoTrabalho.aspx>)

Madalena Palma – telefone n.º 965 392 128.

NOTA: Valores isento de IVA, artigo 9.º do CIVA (ou similar).